



EXPRESSO		AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL		ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUGALENSE		LUTA POPULAR	
GAZETA DA SEMANA		PODER POPULAR	
<b>O PAÍS</b>	28. SET. 1979		

## M.L. PINTASILGO NO NORTE

- Espartilho e burocracia na polémica
- Preferência pelas chitas
- «Meter os comboios nos carris»

«VOU meter o comboio nos carris» — prometeu a primeiro-Ministro ao deixar o Norte, que visitou durante dois dias com o objectivo de constatar, localmente, as carências mais prementes da população. Contudo, estas carências não vão ser resolvidas imediatamente pois como lembrou em Viseu, existem as limitações do Orçamento Geral do Estado que classificou, numa entrevista, de «espartilho». A chefe do Executivo aceitou, também, coroar a rainha do «Vestido de Chita» porque se fosse de seda não ia». Contudo, no local, foi contestada pela assistência o que a obrigou a regressar ao hotel. Mas, no final, afirmaria: «Apesar de todos os incidentes e peripécias gostei imenso de estar em Viseu».

A PRIMEIRO-MINISTRO foi acompanhada na sua deslocação a Lamego e Viseu, por alguns elementos do seu Executivo, nomeadamente pelo Ministro dos Assuntos Sociais e pelo Secretário de Estado da Administração Escolar.

Foram-lhe apresentadas as dificuldades comuns a todo o País: falta de habitação, escolas, hospitais, instituições de apoio à infância e à terceira idade, problemas específicos dos desalojados e da agricultura.

Contudo a eng.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Pintasilgo lembrou os poucos dias de que dispõe, embora «quanto mais curto é o tempo mais longe teremos de olhar» e referiu que o Orçamento Geral do Estado com que está a trabalhar não foi feito para este Governo. «Estamos a trabalhar com a fatia mais magra do bolo» — comentou.

Apesar disto, o actual Governo parece desconhecer com exactidão o valor das somas de que dispomos, uma vez que a primeiro-Ministro solicitou aos presidentes municipais a execução do inventário, a nível local, das verbas que eles tenham conhecimento de terem sido prometidas, inclusive por entidades es-

trangeiras, destinadas a subsídios de desenvolvimento.

Por outro lado, apelou às populações para que colocassem os seus problemas para que as autoridades tomem as medidas que achem melhores e «isto para se ir eliminando uma certa democracia napoleónica em que se tem vivido a nível de decisões da administração».

### Habitação, agricultura e desalojados

Referindo, em Lamego, a falta de «um milhão de casas» a primeiro-Ministro afirmou que o seu governo «vai construir as obras em curso e vai acabá-las mas não precisou, exactamente, quantos fogos estão a ser construídos e se o problema será totalmente erradicado.

Também no que se refere à agricultura, não adiantou novas medidas uma vez que se limitou a declarar que o objectivo do seu Governo «é o aumento da produção com a delimitação das zonas de cultivo e a promoção de associações de agricultores, na forma que estes entenderem para, entre outras coisas, se evitar a



Promessas de M.L. Pintasilgo não faltam. Mas não será caso para lembrar: «Uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma?»...

acção dos intermediários».

O secretário de Estado da Administração Escolar reiterou as mesmas medidas que os seus antecessores a declarar que os problemas que lhe tinham sido postos iam ser estudados e resolvidos conforme as prioridades e prometendo uma descentralização cultural.

Por seu lado, o ministro dos Assuntos Sociais asseverou que o problema da segurança social dos desalojados ainda o preocupa não obstante a ideia da sua completa absorção pelos serviços gerais da Previdência. Contudo, não especificou como evitar as deficiências desta e a sua necessária dinamização, principalmente a nível regional — apesar de ser lícito esperar alguns melhoramentos em breve, particularmente no sector de consultas, uma vez que a primeiro-Ministro disse termos, em Portugal, uma das mais altas percentagens de médicos, na Europa, e que será a mais elevada, dentro de três anos.

No que se refere ao desaparecimento dos artesãos nacionais, Maria de Lurdes Pintasilgo adiantou que é um «problema que terá de ser resolvido.

### Carências alimentares, chitas e Caramulo

Nesta viagem assistiu-se, no entanto, a um testemunho local dramático e para o qual o nosso jornal havia já chamado a atenção para a sua existência a nível nacional. O presidente da Câmara Municipal de Mangualde alertou para as carências alimentares dos alunos da Escola Preparatória da vila. A eng.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Pintasilgo declarou-se muito impressionada e afirmou que não só a alimentação fornecida pelas cantinas escolares tinha que ser melhorada mas que há também que «recuperar as tradições alimentares do povo». É lícito portanto pensar que alguns produtos, tradicionalmente consumidos pelas populações, venham a ser inseridos no «cabaz de compras» ou o seu preço diminuído.

Entretanto, numa reunião em Viseu em que tomaram parte todos os presidentes das Câmaras Municipais, o presidente da Junta do Turismo informou estar em estudo uma reconversão, a nível internacional, do Sanatório do Caramulo numa unidade internacional de apoio à terceira idade, numa iniciativa com fins

sociais e turísticos, com um investimento da ordem dos 40 mil contos, patrocinado pela Assembleia Mundial da Terceira Idade. Não se disse onde poderão vir a ser tratadas as crianças de Mangualde, depois de extinto o Sanatório do Caramulo, num país em que as unidades hospitalares são escassas.

Em Viseu, a primeiro-Ministro declarou também a sua preferência pelas chitas ao aceitar coroar a rainha do «Vestido de Chita». «Se fosse de seda, não ia» — comentou.

### Compromisso entre o Governo e os jornais?

Entretanto, numa longa entrevista ao «Jornal de Notícias» — a primeira a um jornal português — a primeiro-Ministro abordou várias questões da política nacional, nomeadamente de comunicação social, as empresas do sector público, a reforma agrária e o aumento de preços.

No que se refere à Comunicação Social, afirmou que o seu Governo ainda não elaborou medidas para o sector e isto, talvez, por deficiência sua. «Porque eu, como sabe, não estava cá e só lia, regularmente, um ou dois semanários e, quando podia, um jornal diário, dada a sobrecarga de trabalho, devido a preocupações com que estava na representação do nosso País na UNESCO». Aproveitando para declarar que aquilo que se dizia então a seu respeito «era quase tudo falso», a eng.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Pintasilgo esclareceu que quis ela própria «estar aqui e mergulhar na informação quotidiana, que é imensa».

Referindo que somos o país da Europa com maior número de jornais diários, declarou que a sua opinião sobre a Comunicação Social é «semelhante à que o sr. Presidente da República faz. Sobretudo — acrescentou — verifico uma total ausência, na grande maioria dos órgãos de informação, de regras fundamentais, que são científicas não são regras morais». Aludindo aos vários géneros jornalísticos comentou: «O que tenho verificado é que nada disto está claro. Todos estes tipos de comunicação têm contornos muito diluídos, não responsabilizados».

Atribuindo esta situação à falta de uma formação profissional a primeiro-Ministro adiantou: «Não há dúvida de que não podemos falar em Comunicação Social quando os jornais são papéis onde qualquer pessoa que sabe ler e escrever vai debitar o seu ódio, ou enfim, as calúnias que entende sobre as pessoas que não lhe convêm ou que não lhe interessam. Evidentemente, não podemos dizer que é um órgão de Comunicação Social. É um lançado para o ar. Penso que é um problema muito mais geral de mentalidade, se quiser, de honestidade intelectual, pura e simplesmente».

Esclareceu que o seu Executivo está a trabalhar para ultrapassar a situação, juntamente com os representantes sindicais, estabelecendo «uma espécie de protocolo de acordo relativamente a um certo número de normas deontológicas que importa salvaguardar» e que se tentará que, no período pré-eleitoral que se aproxima, haja «um certo acordo entre profissionais de Informação e o Governo, quanto às balizas que determinam a deontologia».